

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
UTE GNA II Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA II Geração de Energia S.A (“Companhia”), , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não estamos emitindo opinião sobre os valores correspondentes ao exercício anterior.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

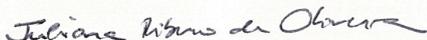


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	145	20
Contas a receber	10	27	-
Adiantamentos diversos		66	-
Despesas antecipadas	11	3.175	2.980
Impostos a recuperar		<u>1</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>3.414</u>	<u>3.000</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	11	6.503	9.103
Imobilizado	12	<u>8.704</u>	<u>4.190</u>
Total do não ativo circulante		<u>15.207</u>	<u>13.292</u>
Total do ativo		<u>18.621</u>	<u>16.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	1.698	145
Contas a pagar	10	24.417	3.768
Impostos e contribuições a recolher	14	<u>1</u>	<u>1</u>
Total do passivo circulante		<u>26.116</u>	<u>3.914</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	2	2
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.677	13.677
Prejuízos acumulados		<u>(21.174)</u>	<u>(1.301)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>(7.495)</u>	<u>12.378</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>18.621</u>	<u>16.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Não auditado)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(19.872)</u>	<u>(1.260)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(19.872)</u>	<u>(1.260)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2	1
Despesas financeiras		<u>(3)</u>	<u>(42)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(19.873)</u>	<u>(1.301)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(19.873)</u></u>	<u><u>(1.301)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(19.873)	(1.301)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total outros resultados abrangentes	<u>(19.873)</u>	<u>(1.301)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Capital</u>			<u>Patrimônio líquido</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(1.301)	(1.301)
Adiantamento para futuro aumento de capital - GNA HoldCo	-	6.770	-	6.770
Adiantamento para futuro aumento de capital – Prumo	-	6.907	-	6.907
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	<u>2</u>	<u>13.677</u>	<u>(1.301)</u>	<u>12.378</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(19.873)	(19.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2</u>	<u>13.677</u>	<u>(21.174)</u>	<u>(7.495)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(19.873)	(1.301)
Resultado líquido ajustado	(19.873)	(1.301)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(1)	-
Despesas antecipadas	2.405	(12.083)
Adiantamentos diversos	(66)	-
Contas a receber	(27)	-
Fornecedores	1.553	145
Contas a pagar	20.649	3.768
Impostos e contribuições a recolher	-	1
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades Operacionais	4.640	(9.469)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(4.515)	(4.190)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(4.515)	(4.190)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital - GNA HoldCo	-	6.770
Adiantamento para futuro aumento de capital - Prumo	-	6.907
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	13.677
Aumento do caixa e equivalente de caixa	125	18
No início do exercício	20	2
No fim do exercício	145	20
Aumento do caixa e equivalente de caixa	125	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE GNA II Geração de Energia S.A. (“GNA II” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 2015 e em 8 de abril de 2019 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Companhia que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de UTE GNA II Geração de Energia Ltda. para UTE GNA II Geração de Energia S.A. Possui como controladoras Prumo Logística S.A (“Prumo”) e a Gás Natural Açú S.A. (“GNA HoldCo”).

Em dezembro de 2017, a "GNA II" venceu o leilão A-6, projeto de uma termelétrica com capacidade de 1.672,6 MW que demandará investimentos de R\$5,6 bilhões, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2023.

Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,7 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Licença para instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, com capacidade instalada de 1.672,6MW em ciclo combinado.	LI nº IN050962	16/01/2020	16/01/2025

a. Continuidade operacional

O Projeto da UTE GNA II Geração de Energia S.A. ("UTE GNA II") visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás com capacidade de 1.672,6 MW, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$19.873 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.301 em 31 de dezembro de 2018), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$22.702 (Capital circulante líquido negativo de R\$914 em 31 de dezembro de 2018). Em função dessa situação, a Administração avaliou se a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A avaliação da Companhia considerou os seguintes fatores:

Em 21 de fevereiro de 2020 a empresa assinou o acordo de acionistas que tem como finalidade regular governança da GNA II, bem como os compromissos de aporte de seus acionistas através de aumento de capital e mútuos, veja mais detalhes na nota nº 19 (b) de eventos subsequentes.

- A Companhia continua empenhada em negociações com entidades financeiras para fechamento do financiamento de longo prazo do projeto, previsto para o segundo semestre de 2020.

Acordos técnicos e comerciais firmados para implantação do projeto, conforme divulgado na nota nº 19 (c) de eventos subsequentes.

Além desses fatores, a avaliação da Administração considerou ainda o plano de negócios da Companhia, o qual foi elaborado tendo por base estudos técnicos de viabilidade que indicam, face aos contratos já firmados com receitas fixas, a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados e início da construção da termoeletrica previsto para início no 2º semestre de 2020.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base em continuidade operacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 26 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, dentre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, as quais ainda não produzem efeitos sobre as demonstrações da Companhia.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras.

b. CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 06(R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia classificará como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

d. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

f. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalente de caixa

	2019	2018 (não auditado)
Caixa e bancos (a)	10	20
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	<u>135</u>	<u>-</u>
	<u>135</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>145</u></u>	<u><u>20</u></u>

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2019 é composto por conta corrente no Itaú, Santander, Bradesco e uma aplicação compromissada no Santander, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

10 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2019	2018 (não auditado)
Ativo:		
Despesas a recuperar		
GNA Infra (a)	<u>27</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>27</u>	<u>-</u>
Passivo:		
Contas a pagar		
GNA HoldCo (a) e (c)	5.977	1.089
GNA Infra (a)	1.545	219
UTE GNA I (a)	14.227	-
Prumo Logística S.A (b) e (d)	1.540	1.535
Porto do Açú Operações S.A (b)	5	-
Lakeshore (e)	<u>1.123</u>	<u>925</u>
Total	<u><u>24.417</u></u>	<u><u>3.768</u></u>

Custos compartilhados	2019	2018 (não auditado)
GNA HoldCo (a)	(3.294)	(1.080)
GNA Infra (a)	(1.284)	-
UTE GNA I (a)	(14.227)	-
Prumo Logística S.A (b)	(6)	-
Porto do Açú Operações S.A (b)	(5)	-
Total	<u>(18.816)</u>	<u>(1.080)</u>

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre a UTE GNA II x Porto do Açú x Prumo.
- (c) Mútuo de R\$ 1.457 entre a GNA HoldCo e a UTE GNA II.
- (d) Licença de funcionamento comprada pela Prumo referente à Eneva através de notas de débito.
- (e) Assessoria financeira para o leilão e financiamento.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

Diretores	2019	2018 (não auditado)
Repasse de custo entre empresas (a)	<u>(1.517)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(1.517)</u>	<u>-</u>

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e UTE GNA I e que foram repassados para a Companhia.

11 Despesas antecipadas

	2019	2018 (não auditado)
Prêmio de seguros (a)	9.102	11.705
Custo de transação (b)	<u>576</u>	<u>378</u>
Total	<u>9.678</u>	<u>12.083</u>
Circulante	3.175	2.980
Não circulante	<u>6.503</u>	<u>9.103</u>
Total	<u>9.678</u>	<u>12.083</u>

- (a) Prêmios de seguros: Garantia de performance conforme requisito da CCEE.
- (b) Custo de transação para obtenção de financiamentos da térmica. Os montantes são apresentados no ativo circulante e não circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas redutoras do saldo passivo dos empréstimos.

12 Imobilizado

	Obras em andamento (*)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	-	-
Adições	4.190	4.190
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	4.190	4.190
Custo	4.190	4.190
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	4.190	4.190
Adições	4.514	4.514
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.704	8.704
Custo	8.704	8.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.704	8.704

(*) Obras em andamento: O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por valores de licenças de funcionamento da UTE GNA II, capitalização de seguros e consultorias.

13 Fornecedores

	2019	2018 (não auditado)
Fornecedores nacionais	1.698	145
Total	1.698	145

14 Impostos e contribuições a recolher

	2019	2018 (não auditado)
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	1	1
	1	1
Total	1	1

	2019 (19.873)	2018 (não auditado) (1.301)
Prejuízo contábil antes do impostos		
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)	6.757	442
Adições permanentes:		
Créditos fiscais não reconhecidos	(6.757)	(442)
Total do Imposto de renda e contribuição social do período	-	-
Corrente	-	-
Diferido	-	-
Total	-	-
	-%	-%

15 Patrimônio líquido

	2019		2018 (não auditado)	
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
Prumo Logística	1	50,50%	1	50,50%
GNA HoldCo	1	49,50%	1	49,50%
Total	2	100,00%	2	100,00%

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$2, representado por 2 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$2, representado por 2 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018).

	Acionista		
Saldo Inicial	Prumo Logística	GNA HoldCo	Capital Social
01/01/2018	1	1	2
Total	1	1	2

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2019, as acionistas GNA Holdco e Prumo têm aportado na UTE GNA II, através de Instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), o montante de R\$ 6.770 (R\$6.770 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 6.907 (R\$6.907 em 31 de dezembro de 2018) respectivamente. Tal instrumento é irrevogável e irretroatável, e conversível em uma quantidade de ações, respeitando-se o seu valor nominal.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

16 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018 (não auditado)
Pessoal	(14.982)	(547)
Despesas jurídicas	(995)	(58)
Impostos, multas e taxas	(71)	(121)
TI e telecom	(32)	-
Comunicação e assuntos institucionais	(7)	-
Despesas ambientais e fundiárias	(96)	-
Viagens	(772)	-
Serviços administrativos	(1.991)	(89)
Serviços operacionais	(26)	-
Seguros	(15)	-
Depreciação e amortização	(23)	-
Despesas gerais e manutenção	(885)	-
Outros serviços de terceiros	(2)	(445)
Outras despesas	25	-
Total	<u>(19.872)</u>	<u>(1.260)</u>

17 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2019	2018 (não auditado)
Garantia de performance	207.499	-

18 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$4.968 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras da Termelétrica.

19 Eventos subsequentes

a. Licença de instalação

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia recebeu do Governo do Rio de Janeiro, a licença de instalação da usina termelétrica GNA II, de aproximadamente 1,7GW de capacidade instalada emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

b. Acordo de acionistas

Em 21 de fevereiro de 2020, foi celebrado o Acordo de Acionistas da UTE GNA II Geração de Energia S.A. (“GNA II”) entre a Gás Natural Açú Infraestrutura S.A., Siemens Participações Ltda. e GNA II, na qualidade de interveniente. O Acordo, cuja eficácia está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tem como finalidade regular governança da GNA II, bem como os compromissos de aporte de seus acionistas, em termos e condições a serem acordados pelas partes. Nos termos do documento, os aportes de capital na GNA II estão sujeitos ao fechamento do financiamento de longo prazo do projeto, previsto para o segundo semestre de 2020.

c. Acordos técnicos/comerciais

Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou acordos técnicos/comerciais, conforme a listagem abaixo:

- **Engineering, Procurement and Construction (EPC)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a implantação de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
- **Operação e Manutenção (O&M)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Simens Ltda. e Siemens Energy, Inc., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é o fornecimento de partes sobressalentes e a prestação de serviços de operação e manutenção de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos.
- **Long Term Maintenance Program (LTMP)** – Celebrado entre, de um lado, UTE GNA II Geração de Energia S.A., e, do outro, Siemens Energy, Inc., Siemens Power Generation Service Company, Ltd. e Siemens Ltda., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a prestação de serviços de manutenção para as turbinas a gás, turbinas a vapor e geradores, bem como o fornecimento de partes e componentes relacionados, pelo prazo de 25 anos, referentes à usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
- **Sale and Purchase Agreement (SPA)** – Celebrado entre UTE GNA II Geração de Energia S.A. e BP Gas Marketing Limited em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a compra e venda/fornecimento de gás natural liquefeito (GNL), que será abastecido na Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) afretada pela UTE GNA I Geração de Energia S.A. para o fornecimento de gás natural para a sua usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açú, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

- **Allocation agreement** – Contrato celebrado entre BP Gas Marketing Limited, UTE GNA I Geração de Energia S.A. e UTE GNA II Geração de Energia S.A. em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a definição de procedimentos para gestão do inventário de GNL armazenado na FSRU.

d. Mútuo

Em fevereiro de 2020 foi recebido da GNA Infra, através de mútuo, o montante de R\$ 7.361.

e. COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Apesar da situação atual da disseminação do surto, entendemos não haver necessidade de revisão do fluxo futuro de receitas, que se baseiam majoritariamente em componente fixo e de longo prazo derivado de leilão.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro na fase de implantação da obra.

Importante notar acima no item (c) desta nota explicativa que os acordos técnicos e comerciais foram firmados em 2020.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- criação de um Comitê de Crise para avaliação dos impactos futuros;
- reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- implementação de home office para colaboradores dos escritórios sempre que possível;
- debate com os acionistas e fornecedores dos equipamentos, para alinhar futuras aquisições e início de implantação do projeto, considerando o cenário atual do surto.

Postergações no início das atividades de implementação da obra da UTE II podem ser necessárias, as quais, se necessárias serão alinhadas com o órgão regulador.

Adicionalmente, a Companhia em 31 de dezembro de 2019 não possui risco de exposição cambial.

Outros impactos do coronavírus podem vir a ter efeitos, contudo não é possível ainda mensurar esses impactos.